

**SINTRAFESC**

# Estampa

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina • Filiado à CUT e à Condsef

Agosto - 2009 • Ano 10 • Edição 106 - ENCARTE

*Encarte Especial*

## Reunião do Conselho Deliberativo do Sintrafesc debate racismo nas relações de trabalho

O Sintrafesc realizou no dia 31 de julho mais uma reunião ordinária do Conselho Deliberativo, com a participação de representantes de várias regiões do Estado. Na pauta, análise de conjuntura, ações executadas pela diretoria, palestra sobre discriminação racial nas relações de trabalho e deliberações. O encontro foi realizado na Escola Sul da CUT/Hotel Canto da Ilha, em Ponta das Canas, em Florianópolis. Cerca de 20 pessoas, entre diretores e delegados, participaram das atividades.

### **Análise histórica**

O militante do movimento negro e vereador do PT de Florianópolis Márcio de Souza proferiu uma palestra sobre o racismo nas relações de trabalho com uma ampla análise da história, desde as primeiras civilizações, na África, o legado de invenções e da cultura que se expandiu para outros povos, até a situação atual, sobretudo no Brasil, onde o negro continua sofrendo discriminação e preconceito.

Márcio demonstrou que o racismo começa sobretudo na ignorância. “As peles humanas e seus mais variados matizes foram resultado de adaptações ao meio ambiente, mas o ser humano é um só”, assinalou. Denunciou também a tentativa de esconder o grande conhecimento dos povos africanos e o esforço para “branquear” toda a história.

“Hollywood, por exemplo, não teve pudor de colocar a branca Eliza-



Márcio de Souza (à dir.) fez análise histórica do preconceito e da discriminação

beth Taylor no papel da negra Cleópatra, fazendo com que várias gerações desconhecem a verdadeira cor da famosa rainha do Egito”, explicou. Disse que certa vez propôs aos alunos da terceira fase de história de uma universidade de Joinville que apontassem onde ficava o Egito. Só dois souberam dizer que era na África. “E no entanto, toda a cultura dessa espetacular civilização, com suas pirâmides, sua escrita, sua astronomia, sua matemática, passaram à história como se fosse a de uma civilização de brancos”, afirmou.

Egito e Etiópia, acrescentou, foram precursores de grandes feitos na ciência. Timbuktu, no Mali, já tinha universidade no século 13. A arqui-

tetura, o saneamento, a pavimentação já eram realidades presentes em muitas sociedades africanas há séculos, muito antes de outras culturas que vieram a ser exaltadas. “O pi radiano (3,14) que revolucionou a matemática foi uma invenção africana”, informou. Segundo Márcio de Souza, a Grécia “bebeu muito na fonte de conhecimentos africanos”.

### **História mal contada**

O vereador e militante do movimento negro aproveitou também para reescrever a história, visto que ela tem sido mal contada. Não foi a indolência dos índios que forçou a busca do trabalho escravo entre os habitantes do continente africano. “É

que o tráfico em si era uma atividade rentável. Trazer um negro de um outro continente, durante três meses de viagem de navio, possibilitava aos traficantes de escravos cobrar um alto valor. Já os indígenas, que havia aos milhares e muito próximos, não permitiam a obtenção de grandes ganhos”.

A história também apagou quase toda a luta e a rebeldia dos escravos para obter a liberdade. Várias gerações têm aprendido, na escola, que a escravidão acabou por um gesto de generosidade da Princesa Isabel. Nada revelam sobre levantes, greves (foram as primeiras no Brasil) e os quilombos, espaços de resistência do povo negro. O mais famoso deles, o Quilombo de Palmares, em Alagoas, só terminou em 1695 e resistiu por cerca de 100 anos. “Alguns desses levantes em fazendas de senhores de engenho permitiram a negociação de acordos, com dias de descanso, direito de festejar suas crenças, jornadas de trabalho e outras reivindicações apagadas da história”, afirmou Márcio de Souza.

Para ele, a escravidão terminou sobretudo porque era incompatível com o capitalismo, que começava a surgir. “Como vender mercadorias para quem não tinha salário?”. Ainda assim, a escravidão não terminou com a Lei Áurea. “Se ainda hoje o Estado brasileiro descobre trabalhadores sendo escravizados nos grotões do país, imagine o tempo que levou para libertar todos os negros naquela época?”, indagou o vereador. “Levou cerca de 80 anos, depois de decretado o seu fim, para que a escravidão realmente terminasse no Brasil”, esclareceu.

Ainda assim, terminou do pior jeito. À época, havia um intenso debate sobre em que condições se faria a abolição. Joaquim Nabuco chegou a propor uma reforma agrária e o acesso imediato dos negros à escola. Nada disso aconteceu. Os negros foram simplesmente abandonados à própria sorte. Às escolas, só tiveram acesso, timidamente, nas primeiras décadas do século 20.

Por décadas os negros foram uma

reserva de mão-de-obra para os piores trabalhos, sobretudo com a chegada dos imigrantes, mais uma tentativa dos governos da época para “branquear” a população brasileira. Por muito tempo, as lavadeiras, as babás, as passadeiras de roupa, as cozinheiras sustentaram as famílias negras, porque ao homem negro era negado até mesmo o direito ao trabalho.

### **Cidadão invisível**

Ainda hoje, é um cidadão invisível. Santa Catarina, informa Márcio, tem cerca de 800 mil negros, mas no imaginário brasileiro, o Estado é formado essencialmente por, alemães, italianos, poloneses, austríacos e outros povos europeus - quase nunca é mencionada a população negra. Inclusive em Florianópolis, onde havia e há muitos negros e só se fala na cultura açoriana.

A questão da cor ainda é um tabu na sociedade brasileira. Um levantamento feito pelo historiador Clóvis Moura, após o censo de 1980, indica que foram citados 136 nomes de cores diferentes pelos brasileiros inquiridos. Alguns brasileiros declararam ter cor “acastanhada”, “café-com-leite”, “cor-de-canela”, “sapecada”, “baianinho”, moreninho e tantos outros eufemismos para tentar esconder as raízes do povo afro.

Segundo o autor, essa pluralidade atestaria, mesmo que por meio do humor, que o brasileiro foge de uma identificação étnica.

Outra pesquisa, elaborada pela equipe do geneticista Sérgio Pena no início da década, comprova que 87% dos brasileiros receberam ao menos 10% de genomas africanos. Ao mesmo tempo, os mesmos índices de ancestralidade genômica indígena ocorrem somente em 24% dos brasileiros. Segundo os resultados da pesquisa, há mais sangue negro do que indígena correndo nas veias dos brasileiros, e a mestiçagem seria um fato comprovado.

Márcio diz que ao tentar registrar em cartório a filha com o nome de Dandara, ouviu do escrivão que

não poderia, porque era “um nome que não existia”. Não conhecia a cultura afro, mas certamente não faria objeção a um nome norte-americano, ironizou o vereador.

### **A polêmica das cotas**

Por fim, falou sobre a questão das cotas. Mostrou que a população negra nos Estados Unidos mudou o seu padrão econômico e social depois que se estabeleceram cotas. “No Brasil, há cotas para filhos de militares em colégios militares, há cotas para vários grupos sociais, mas só lembram de contestar quando a cota é para negros”, disse Márcio de Souza.

Para se ter uma ideia da discriminação a que a população negra está relegada no Brasil, em 2004, quando as cotas foram estabelecidas na Universidade Federal da Bahia, apenas 4% dos alunos do curso de Medicina eram negros, enquanto que, no estado, 70% da população se declarava negra. “É uma exclusão que não se vê igual nem na África do Sul, durante o Apartheid”, resumiu o advogado Renato Ferreira, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em estudo em que defende o sistema de cotas nas universidades.

O negro, sem acesso à educação, continuará sempre em desvantagem, não por ser inferior, mas por não ter acesso às mesmas oportunidades oferecidas a outras classes e segmentos sociais. O que costuma ser confundido com “mérito”, na verdade é um sistema que há séculos exclui os negros da educação de qualidade. Raros são os negros que conseguem ocupar postos expressivos na sociedade brasileira. E se isso não acontece, é porque algo os impede de ascender a uma melhor condição sócio-econômica. “É essa distorção, é essa injustiça, como tantas outras que já foram eliminadas no Brasil, que precisa ser compreendida e apoiada”, concluiu Márcio de Souza.

**Fonte:** Sintrafesc – Assessoria de Imprensa.